

CRESCIMENTO ECONÓMICO COM BAIXO INVESTIMENTO EM PORTUGAL IMPEDE MELHORIA SIGNIFICATIVA DO NÍVEL DE VIDA DOS PORTUGUESES

RESUMO DESTE ESTUDO

Neste estudo, utilizando dados do Eurostat e do INE, mostro que, nos últimos 10 anos,: (1) A riqueza criada anualmente (PIB) por empregado caiu significativamente em Portugal quando comparada com a média da União Europeia (*passou de 63,7% para apenas 58,7%*); (2) O investimento (FBCF) diminuiu muito no nosso país (*-53% no setor público e -31% no setor privado*), o que determinou que a partir de 2012 nem tenha sido suficiente para compensar o “consumo (desgaste e destruição) de capital fixo” (*menos 17.982M€*). A quebra acentuada no investimento teve, como consequência, que o aumento do PIB nos 3 últimos anos tenha sido conseguido, não através do aumento da produtividade, mas sim por meio da incorporação de mais trabalhadores (*nos últimos 3 anos, o emprego aumentou mas o VAB por empregado diminuiu*), o que tem reduzido o desemprego (*o que é positivo*), mas tem o inconveniente de não aumentar a riqueza criada por empregado para haver mais para ser distribuída entre o Trabalho e o Capital. Esta situação é agravada pela repartição extremamente desigual da riqueza criada em Portugal. É urgente criar condições para que a riqueza criada por empregado (*produtividade aparente do trabalho*) aumente significativamente no nosso país, aproximando-a da média europeia, o que exige mais investimento, para ser renovada a estrutura produtiva do país

Numa altura em que os órgãos de comunicação social, membros do governo e de partidos políticos multiplicam as declarações sobre o aumento do PIB registado no 1º Trimestre de 2017, entrando alguns mesmo em euforia, é importante refletir sobre aspetos do crescimento económico que normalmente são ignorados no debate realizado no espaço público, mas que são essenciais para compreender a realidade traduzida pelos números divulgados pelo INE e também o tipo de crescimento económico que se está a verificar em Portugal.

O quadro 1, construído com base em dados do Eurostat, permite ficar a conhecer rapidamente um efeito da crise e da política seguida neste período, que normalmente os media ignoram, e por isso tem passado despercebida à opinião pública.

Quadro 1- Variação do PIB por empregado na U.E.-28 e em Portugal – 2007/2016

ANOS	PIB por EMPREGADO a preços correntes		
	U.E. (média 28 países) - (1)	PORTUGAL (2)	% de PORTUGAL em relação U.E. - (3)=(2) : (1)
2007	59.953 €	38.191 €	63,7%
2008	59.633 €	38.027 €	63,8%
2009	57.204 €	38.014 €	66,5%
2010	60.435 €	39.312 €	65,0%
2011	62.221 €	39.668 €	63,8%
2012	63.633 €	39.832 €	62,6%
2013	64.328 €	40.311 €	62,7%
2014	65.788 €	39.753 €	60,4%
2015	68.395 €	39.871 €	58,3%
2016	67.867 €	39.857 €	58,7%
2007-16	13,2%	4,4%	-7,8%

FONTE: Eurostat

O PIB por empregado, ou seja, a riqueza criada anualmente no nosso país dividida pela população empregada, a preços correntes, isto é incluindo o efeito do aumento de preços, que em 2007 representava 63,7% da média da U.E., em 2016 tinha diminuído para 58,7%. Dito de uma forma ainda mais clara: entre 2007 e 2016, a riqueza criada anualmente por um empregado (*o PIB por empregado*) a preços correntes aumentou apenas 1.666€ em Portugal, enquanto na U.E. (28 países) aumentou 7.914€ (4,75 vezes mais), o que determinou que o valor do PIB produzido por um empregado, na U.E., em 2007, fosse superior em 57% ao de Portugal e, em 2016, em 70%. E é esta riqueza que depois é repartida entre o Trabalho e Capital de uma forma cada vez mais desigual. É evidente que um crescimento anual reduzido da riqueza criada por empregado em Portugal (*revelado no quadro 1*), impede o aumento significativo do nível de vida no nosso país, nomeadamente dos trabalhadores.

A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO DEPENDE MUITO DO INVESTIMENTO REALIZADO E ESTE CAIU DRAMATICAMENTE EM PORTUGAL DURANTE A CRISE

A produtividade do trabalho depende não só das competências e formação do trabalhador, da sua motivação, o que está associado à compensação remuneratória, à realização profissional, à estabilidade no emprego, etc., mas também dos equipamentos e tecnologia utilizados, ou seja, do investimento realizado, e da organização e direção da empresa, isto é, da capacidade e competência do empresário ou de quem dirige a empresa (*muitas vezes muito fraca*). Em relação ao investimento de modernização e inovação, um elemento chave para o aumento da produtividade, que nos últimos anos teve um crescimento anémico (*quadro 1*), registou-se uma quebra grande com consequências graves para o desenvolvimento do país.

Quadro 2 – Variação da FBCF (investimento) em % do PIB na U.E. e em Portugal durante a crise

ANO	U.E. (28 países)			PORTUGAL		
	FBCF-Total % do PIB	Ad.Pública - FBCF - % do PIB	FBCF - Setor Privado - % do PIB	FBCF-Total % do PIB	Ad.Pública - FBCF - % do PIB	FBCF - Setor Privado - % do PIB
2007	22,5	3,2	19,3	22,5	3,2	19,3
2008	22,5	3,4	19,1	22,8	3,7	19,1
2009	20,5	3,7	16,8	21,1	4,1	17
2010	20,1	3,5	16,6	20,5	5,3	15,2
2011	20,2	3,3	16,9	18,4	3,5	14,9
2012	19,7	3,1	16,6	15,8	2,5	13,3
2013	19,3	3	16,3	14,8	2,2	12,6
2014	19,4	2,9	16,5	15	2	13
2015	19,5	2,9	16,6	15,3	2,3	13
2016	19,7	2,7	17	14,8	1,5	13,3
2007-16	-12,4%	-15,6%	-11,9%	-34,2%	-53,1%	-31,1%

A quebra no investimento total (FBCF total) em Portugal no período 2007-2016, medida em percentagem do PIB foi muito significativa, tendo sido superior a 2,75 vezes à verificada a nível da União Europeia (em Portugal: -34,2%; U.E.: -12,4%). Se repartimos o investimento total realizado neste período pelo setor público e pelo setor privado chegamos à seguinte conclusão: a nível do setor pública a quebra no investimento na U.E. foi de -15,6% (*passou, entre 2007 e 2016, de 3,2% do PIB para 2,7% do PIB*), enquanto em Portugal a quebra atingiu -53,1% (*passou de 3,2% do PIB para apenas 1,5% do PIB*), ou seja, 3,4 vezes superior; e a nível do setor privado a quebra de investimento na U.E. foi de -11,9% (*passou de 19,3% do PIB para 17% do PIB*), enquanto em Portugal a quebra foi de -31,1% (*passou de 19,3% do PIB para 13,3% do PIB*), ou seja, no nosso país foi 2,6 vezes superior, com consequências graves para o país

O INVESTIMENTO REALIZADO NO PAÍS A PARTIR DE 2012 NÃO FOI SUFICIENTE PARA COMPENSAR AQUELE QUE SE DESGASTOU OU SE DESTRUIU

O quadro 3, mostra as consequências dramáticas da quebra significativa do investimento

Quadro 3- FBCF (investimento) e Consumo de Capital Fixo (desgaste)- Portugal 2007/2016 (Em volume, a preços de 2011)

ANOS	Formação bruta de capital Milhões €	Consumo Capital Fixo Milhões €	FBCF-CCF Milhões €
2007	41.663,2	28.244,0	13.419,1
2008	41.989,9	29.906,5	12.083,4
2009	36.847,9	30.098,1	6.749,8
2010	38.098,1	30.965,3	7.132,8
2011	32.764,2	31.428,9	1.335,3
2012	26.831,7	30.551,5	-3.719,8
2013	25.454,4	29.884,2	-4.429,8
2014	26.748,5	30.323,6	-3.575,1
2015	27.969,9	30.805,8	-2.835,9
2016	27.730,3	31.098,5	-3.368,2
2012-16	134.734,8	152.663,6	-17.928,8

FONTE: CNAP - 2016 - INE

Em 2007, o investimento (FBCF) foi superior ao desgaste e destruição do Capital Fixo do país verificado nesse ano em 13.419,1 milhões €, tendo depois diminuído em todos os anos a partir daquela data e, em 2012 e em todos os anos seguintes, o saldo passou a ser negativo, o que significou que o investimento total realizado no país em cada um destes anos não foi suficiente para compensar o desgaste e o que era destruído causado pela sua utilização. Portanto a modernização e a inovação do aparelho produtivo nacional não se fez. A soma dos saldos negativos no período 2012-2016 atingiu o impressionante montante valor de -17.928,8 milhões €. É um período em que o país em termos do aparelho produtivo nacional, e não desta ou aquela empresa (*pois há empresas que inovaram e se modernizaram*), entrou numa autofagia, ou seja num processo de autodestruição da capacidade produtiva.

UM CRESCIMENTO BASEADO EM MAIS TRABALHADORES E NÃO TAMBÉM NO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE: crescimento sem inovação e sem modernização

Uma das consequências desta autodestruição do aparelho produtivo nacional, que reduziu significativamente o PIB potencial, foi o facto do crescimento económico só ser possível através da incorporação de mais trabalhadores, já que o aumento da produtividade tornou-se muito difícil devido à quebra significativa do investimento. Isso tem um aspeto positivo – reduz o desemprego – mas tem consequências muito negativas para o país a queda ou a estagnação da produtividade, já que impede o melhoramento significativo das condições de vida da população, o que não é possível obter apenas com uma melhor repartição da riqueza criada como mostra os baixos níveis de produtividade existentes em Portugal quando comparamos com a média europeia (quadro 1). O quadro 4, construído com dados divulgados pelo INE, mostra com clareza o que se tem verificado em Portugal,

Quadro 4 – Variação do emprego e da produtividade aparente do Trabalho – 2007/2017
(Em volume a preços de 2011)

ANO	VAB a preços base Milhões €	Emprego Milhares	Variação emprego	VAB/Empre- gado	Variação anual VAB/Emp.
2007	156.334,2	5.061,6		30.886 €	
2008	157.194,7	5.080,1	0,4%	30.943 €	0,18%
2009	153.217,9	4.941,7	-2,7%	31.005 €	0,20%
2010	156.029,3	4.871,3	-1,4%	32.030 €	3,31%
2011	154.242,8	4.776,7	-1,9%	32.290 €	0,81%
2012	149.267,7	4.581,4	-4,1%	32.581 €	0,90%
2013	148.123,7	4.450,2	-2,9%	33.285 €	2,16%
2014	148.767,5	4.513,0	1,4%	32.964 €	-0,96%
2015	150.494,9	4.575,8	1,4%	32.889 €	-0,23%
2016	151.797,6	4.650,3	1,6%	32.642 €	-0,75%
1º Trim.2016	37.697,20	4.600,30		8.195 €	
1º Trim.2017	38.752,70	4 658,1	1,3%	8.319 €	1,5%

FONTE. CNAF - 2017 - INE

Uma conclusão importante que se tira imediatamente dos dados do INE do quadro anterior é que a produtividade aparente do trabalho, medida pelo VAB por empregado, aumentou enquanto a variação anual no emprego foi negativa (*período 2008/2013*), e diminuiu quando a variação anual do emprego passou a ser positiva (*período 2014/2016*), o que não deixa de ser uma situação perversa. Esta evolução contraditória é, a nosso ver, explicada pelo facto de que, numa 1ª fase, a destruição do emprego que se verificou e, a consequente, redução de trabalhadores determinou que, com menos trabalhadores e com os mesmos equipamentos, fosse possível aumentar a riqueza criada por trabalhador; no entanto, quando a procura agregada aumentou com os equipamentos envelhecidos e desgastados, por quebra acentuada do investimento tanto público como privado verificada no nosso país, o valor da riqueza criada anualmente por trabalhador caiu (*teve um crescimento negativo entre 2014/16*). Se não se verificar uma inversão a nível do investimento, tanto público como privado, o aumento de 1,5% registado no 1º Trimestre de 2017 poderá não ser sustentável. É um alerta que aqui deixamos, até porque a taxa de execução dos fundos comunitários continua a ser dramaticamente baixa contrariamente ao que é divulgado nos media: *até ao fim do 1º Trimestre de 2017 apenas 30% dos fundos disponíveis para este período (2014-1ºTrim.2017) tinham sido utilizados*. Mas essa é uma questão que analisaremos num próximo estudo.

Eugénio Rosa – edr2@netcabo.pt - 18.5.2017